

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

DisciplinalID - 101527

Descrição da disciplina e código do produto

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA - (ID 60742)

Ementa

Fundamentos jurídicos e doutrinários da Atividade de Inteligência. Inteligência como processo, produto e organização. Sistemas e Subsistemas de Inteligência no Brasil. Redes internacionais de cooperação. Agências de Inteligência. Produção do conhecimento: fontes, tipos, valor, fluxo, organização e uso. Gestão da Informação: transparência e sigilo.

Conteúdo programático

1.

Introdução à Atividade de Inteligência

2.

Atividade de Inteligência de Segurança Pública

3.

Organização da Atividade de Inteligência

4.

Gestão da informação

5.

Produtos da Atividade de Inteligência

Bibliografia básica

Antunes, P. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARAUJO, R. História secreta dos serviços de inteligência: origens, evolução e institucionalização. Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, DF, v. 1, n. 1, dez. 2005. p. 85-89. Disponível em:

<http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2015/08/revista1.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRANCO, A. H. C. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Florianópolis: Unisul, 2011.

BRASIL. Lei n. 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência? ABIN e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9883.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n. 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual Técnico de Produção do Conhecimento de Inteligência EB70-MT-10.401. Brasília, 2019.

BRASIL. Decreto n. 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. Decreto, de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14503.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.

CALDERON, M. Lei de Acesso à Informação e seu impacto na atividade de inteligência. Campinas: Millennium, 2014.

CEPIK, M. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FIGUEIREDO, L. Ministério do silêncio. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GONÇALVES, J. Políticos e espiões: o controle da atividade de inteligência. Niterói: Impetus, 2010.

GONÇALVES, J. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói: Impetus, 2009.

HEINEN, J. Comentários à Lei de Acesso Informação: Lei n. 12.527/2011. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

KENT, S. Informações estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

PLATT, W. A produção de informações estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.

VISACRO, A. Guerra irregular. São Paulo: Contexto, 2009.

WOLOSZYN, A. Ameaças e desafios à segurança humana no séc. XXI: de gangues, narcotráficos, bioterrorismos, ataques cibernéticos às armas de destruição em massa. Rio de Janeiro: Bibliex, 2013.